

A. I. N° - 207101.0016/01-5
AUTUADO - JUDABE S/A IND. E COM. DE ARTEF. DE BORRACHA E FERRAMENTARIA
AUTUANTE - NEUSA MARIA GOMES VIEIRA
ORIGEM - INFAZ CALÇADA
INTERNETE - 08.02.01

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0025-01/02

EMENTA: ICMS. 1. IMPOSTO LANÇADO E RECOLHIDO A MENOS. Fato admitido pelo sujeito passivo. 2. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. MATERIAL DE USO E CONSUMO. Ausência de provas materiais das alegações da defesa. Infração confirmada. 3. LIVROS FISCAIS. **a)** REGISTRO DE SAÍDA. ESCRITURAÇÃO DE OPERAÇÕES REALIZADAS COMO SE TRATASSE DE DOCUMENTOS CANCELADOS. Alegações inconsistentes da defesa. Mantida a exigência fiscal. **b)** ESCRITURAÇÃO IRREGULAR. DIVERGENCIA ENTRE OS VALORES LANÇADOS NO LIVRO DE SAÍDA E O ACUSADO NO LIVRO DE APURAÇÃO. Fato admitido pelo autuado. 4. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. Infração confirmada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 28/09/01, reclama imposto no valor de R\$12.905,01, pelas seguintes irregularidades:

- 1) Recolhimento a menor do ICMS, em decorrência de desconcontro entre os valores recolhidos e o escriturado no livro de Apuração, nos exercícios de 1997 e 1998, no valor total de R\$6.208,27;
- 2) Utilizou indevidamente crédito fiscal referente a aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento, no exercício de 1998, valor de R\$1.051,81;
- 3) deixou de recolher o ICMS em função de divergência entre os documentos fiscais e os lançamentos nos livros fiscais próprios, no mês de abril/97, no valor de R\$387,60;
- 4) deixou de recolher o ICMS em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis, regularmente escriturados, pela emissão de Nota Fiscal Fatura e o lançamento no Registro de Saída nº 11 como se tivesse sido canceladas, nos meses de fevereiro/97, setembro/97, outubro/97 e janeiro/98, no total de R\$1.381,98;
- 5) recolher a menor o ICMS em decorrência de divergência entre os valores lançados no livro Registro de Saída e o escriturado no Registro de Apuração, no mês de janeiro/98, valor de R\$97,20;
- 6) deixou de recolher o ICMS no prazo regulamentar, referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios, no mês de maio/01, valor R\$3.778,15.

O autuado, às fls. 104 e 105, apresenta defesa, reconhecendo inicialmente a procedência dos itens 1, 5 e 6 do Auto de Infração e contestando os demais itens, ou seja, os itens 2, 3 e 4 da autuação.

Em relação aos itens questionados, argumenta o seguinte:

- a) que não identificou nenhuma diferença que justificasse a exigência do imposto no valor de R\$387,60 e, que não foi indicado pelo autuante o número do documento fiscal para maiores detalhes;
- b) que os créditos fiscais glosados no valor de R\$1.051,81 se referem a aquisição de materiais ligados diretamente a produção e venda dos produtos fabricados e comercializados, tais como: lixa, material para soda, embalagens, etc.

Conclui pela improcedência dos itens questionados, no valor total de R\$2.821,39 e reconhecimento do débito no valor de R\$10.083,15, relativos aos itens 1, 5 e 6 da ação fiscal.

A autuante, às fls. 121 a 123, informa que os créditos fiscais utilizados se referem a aquisição de material de limpeza e de mercadorias para uso, tais como: vinho, macarrão, arroz, feijão, etc, e não materiais ligados diretamente a produção.

Esclarece que a diferença apurada na Auditoria em lançamentos e documentos fiscais se refere a nota fiscal nº 00585, datada de 30/04/97 como cancelada, estando sem o canhoto de recebimento. Também, diz que o autuado não juntou comprovação tanto no que se refere a utilização indevida do crédito fiscal, como ao cancelamento indevido das notas fiscais. Mantém a autuação.

VOTO

O autuado reconheceu ser procedente os valores apontados nos itens 1, 5 e 6 da acusação que dizem respeito as seguintes infrações:

- a) recolhimento a menos do ICMS, em decorrência de desconhecimento entre os valores recolhidos e o escriturado no livro de Apuração, no valor total de R\$6.208,27;
- b) recolhimento a menos o ICMS em razão de escrituração no livro Registro de Saída em divergência com a escrituração do livro Registro de Apuração, no valor de R\$97,20;
- c) falta de recolhimento do ICMS no prazo regulamentar, referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios, no valor R\$3.778,15.

Quanto aos itens contestados, após análise das peças que compõem o presente processo, verifica-se o seguinte:

Na infração 2 – utilização indevida de crédito fiscal – a autuante elaborou demonstrativo de Auditoria Crédito Indevido, conforme se constata à fl. 60, indicando se tratar de aquisição de material de uso e consumo. O defendente alegou que se tratava de produtos destinados a sua produção e comercialização, no entanto, não anexou ao processo nenhum documento fiscal que confirmasse suas alegações, além do que, das cópias xerográficas das folhas do livro de Registro de Entradas, anexado pela autuante, se constata a aquisição de mercadorias a Fornecedores que comercializam gêneros alimentícios e material de limpeza, a exemplo das empresas “Deliciosa – Distribuidora de Alimentos Ltda., e Makro Atacadista Ltda., fato que só vem a corroborar com a informação prestada pela autuante de que os créditos utilizados se referem a material de uso e consumo do estabelecimento. Assim, na ausência de provas materiais das alegações defensivas, mantenho o lançamento tributário.

Nas infrações 3 e 4 – Apesar de tipificadas em separado, dizem respeito a emissão de Notas Fiscais Fatura, escrituradas no livro Registro de Saída como se estivessem canceladas. No que diz respeito a infração 3, o defendente argumenta não ter identificado qual o documento fiscal que tivesse gerado a diferença apurada, já em relação a infração 4, apenas cita o número das

notas fiscais envolvidas na apuração do débito, no entanto nada apresenta em sua defesa que pudesse ser contrário ao apontados na autuação.

Quanto a infração 3, a autuante elaborou demonstrativo de Auditoria (doc. fl. 26) apontando a diferença apurada e anexou aos autos, à fl. 27, cópia xerográfica da nota fiscal nº 000585, com indícios de que fora cancelada indevidamente. Assim, houve apenas, por parte do defendente, uma simples alegação da impossibilidade de identificação da infração, o que na verdade não ocorreu, haja vista que nos autos os elementos ensejadores das infrações apuradas foram devidamente demonstrados, mediante os roteiros de Auditorias realizados.

Em relação a infração 4, o impugnante nada apresentou em sua defesa, relacionando, apenas, as notas fiscais que foram objeto do cancelamento e dizendo discordar da exigência do imposto.

O art. 143 do RPAF/99 dispõe que:

A simples negativa do cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal.

Desta forma, com base nos demonstrativos apresentados pela autuante e, considerando que o autuado nada comprova para justificar sua impugnação, concluo pela exigência do imposto apontado na presente acusação fiscal.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **207101.0016/01-5**, lavrado contra **JUDABE S/A IND E COM DE ARTEF DE BORRACHA E FERRAMENTARIA**, devendo ser intimado o autuado a efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$12.905,01**, atualizado monetariamente, acrescido das multas de 60%, sobre R\$6.208,27, R\$387,60, R\$1.381,98, R\$97,20, R\$1.051,81 e; 50% sobre R\$3.778,15, previstas no art. 42, II, “a” e “b”, VII, “a” e I, “a”, todos da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios correspondentes.

Sala das Sessões do CONSEF, 04 de fevereiro de 2002.

CLARICE ANÍZIA MAXIMO MOREIRA – PRESIDENTE-RELATORA

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR

MÔNICA MARIA ROTERS - JULGADORA